

Aula 00

*Passo Estratégico Normas Brasileiras de
Contabilidade p/ CFC 2020.1 (Ciências
Contábeis) -Pós-Edital*

Autor:

**Equipe Luís Eduardo e Rafael
Barbosa, Equipe Rafael Barbosa,
Júlio Cardozo, Rafael Barbosa,**

Tiago Vespoli
17 de Janeiro de 2020

1 - Introdução	2
<i>Cronograma do nosso Passo Estratégico De Contabilidade Geral – Pronunciamentos Contábeis para o Exame de Suficiência 2020.1 - CFC</i>	
	<i>5</i>
2 - Análise Estatística	7
<i>2.1 - Análise Estatística: Exame de Suficiência</i>	
	<i>7</i>
<i>2.2 - Conclusão da Análise Estatística</i>	
	<i>9</i>
3 - Análise das Questões	9
4 - Checklist de Estudo	22
5 - Pontos de Destaque	22
<i>Ponto #1 Ativo Intangível</i>	
	<i>22</i>
<i>Ponto #2 CPC 26 - Conceitos Importantes</i>	
	<i>26</i>
<i>Ponto #3 Finalidade das Demonstrações</i>	
	<i>27</i>
<i>Ponto #4 Conjunto completo Demonstrações Contábeis</i>	
	<i>27</i>
<i>Ponto #5 Continuidade, Regime de Competência e Materialidade</i>	
	<i>28</i>
<i>Ponto #6 Balanço Patrimonial Segundo o CPC 26</i>	
	<i>28</i>
<i>Ponto #7 A Demonstração do Resultado do Exercício Segundo o CPC 26</i>	
	<i>29</i>
6 - Questionário de Revisão	30
7 - Considerações Finais	30
8 - Lista de Questões	31
9 - Gabarito	37



1 - INTRODUÇÃO

Fala, nobre concurseiro! Tudo bem com você?

Eu me chamo **Luís Eduardo**, Auditor Fiscal do Estado de São Paulo, e divido este trabalho com **Rafael Barbosa**, Auditor Fiscal do Estado de Pernambuco. Fazemos parte da equipe de *coaches* aqui do Estratégia Concursos e faremos esse curso a quatro mãos.

É comum encontrar um de nós falando sobre técnicas de estudo ou sobre motivação em **webinários** ou nas nossas **redes sociais**, mas hoje estamos aqui para apresentar a vocês o primeiro Relatório de **Contabilidade Geral – Pronunciamentos Contábeis para o Exame de Suficiência 2020.1**.

Um das maiores dificuldades dos estudantes é saber “pescar”, na grande enxurrada de informações, apenas aquelas que retornarão, com minimizado esforço, os maiores benefícios para a sua preparação.

O projeto “Passo Estratégico” tem justamente o objetivo de “filtrar” os assuntos mais recorrentes e indicar onde você deve concentrar suas energias, encurtando o seu caminho até a aprovação.

E, para te mostrar a importância deste material, queremos iniciar este relatório contando um pouquinho das nossas trajetórias até a aprovação, beleza?

Trajetória Rafael Barbosa: Obtive minha primeira aprovação em concursos (para nível médio) aos 17 anos, fui aprovado no concurso da EsSA (Sargento do Exército Brasileiro).

Foi meu primeiro cargo público (e meu primeiro emprego também). Como já tinha um cargo de nível médio (e não pretendia ser militar por muito tempo), fiz vestibular para a Universidade de Brasília-UnB (Ciências Contábeis), já pensando em fazer outros concursos.

Sempre tive o objetivo de ser Auditor Fiscal, mas, por questões de estratégia, resolvi primeiro ocupar um cargo melhor (de nível superior), para depois focar na área fiscal.

Tive então dois momentos como concurseiro: de setembro de 2009 a novembro de 2010 (primeiro passo); e de janeiro de 2013 a setembro de 2014 (segundo passo).

No primeiro momento, eu trabalhava 6 horas e fazia faculdade, isso mesmo, comecei a fazer concurso de nível superior ainda na graduação.

Fiz diversas provas e passei em 5 (Analista de Planejamento da SEPLAG-PE, Analista da SAD-PE, Analista do MTUR, Analista da DPU e Analista judiciário do TRT-RN (todos no ano de 2010). Escolhi o último e fui curtir um pouco de “descanso” em Natal/RN.

Enquanto trabalhava no TRT-RN, ocupando também um cargo comissionado (Secretário de Planejamento) e lecionando na UFRN, decidi ser auditor, que foi o meu segundo momento como concurseiro.

Iniciei então os estudos para a área fiscal. Meu maior objetivo era a SEFAZ-PE, que havia 22 anos que não fazia seleção (esse concurso tava virando lenda urbana rsrsr).



No caminho para a SEFAZ-PE, levando em conta que ele poderia não sair, fiz muitos concursos e passei em alguns: Auditor da CGE-CE, Auditor da CGE-MA e Auditor do TCE-BA. Mas, por questões de logística, não assumi nenhum deles.

Aí a lenda (SEFAZ-PE) virou realidade em julho de 2014 e, de “brinde”, ainda saiu o ISS Recife coladinho. Me inscrevi nos dois, como um bom concurseiro destemido. Pra deixar tudo ainda mais radical, as provas foram aplicadas em finais de semana consecutivos.

Fiz primeiro a prova do ISS Recife, mas não fui bem em AFO, o que me jogou lá para longe. Em seguida, no meio da depressão pós ISS Recife, fiz o do ICMS de Pernambuco e, com a graça de Deus, consegui a aprovação.

Durante todo esse caminho, percebi que eu não precisava saber de tudo, porque tem assuntos que sempre caem e outros que raramente eram cobrados. Aí cabia a mim perceber e identificar esses detalhes.

Isso fez toda a diferença no meu desempenho em provas, porque eu não gastava energia com coisas que eu sabia que não eram relevantes. E é justamente nesse ponto que o Passo Estratégico vai te ajudar, dando mais objetividade aos seus estudos.

Trajetória Luis Eduardo: Eu comecei a estudar para concursos em meados de 2009, após ter decidido pedir baixa da Escola Naval, que é uma instituição de nível superior da Marinha.

Então, como saí no meio do curso – e, portanto, sem o diploma –, comecei a estudar para concursos de nível médio. Meu plano era passar em algum concurso que me desse condições financeiras de me preparar bem para os concursos de nível superior.

Fui aprovado em alguns concursos e reprovados em outros! Entre eles, logrei êxito no BACEN (Banco Central) e no MPU (Ministério Público da União). Comecei a trabalhar no MPU em novembro de 2010. Fui lotado em uma das Procuradorias do Trabalho, ramo do Ministério Público do Trabalho, no Centro do Rio de Janeiro.

Naquele momento, então, eu estava ganhando um salário que me permitia fazer mais investimentos no meu estudo para os concursos de nível superior.

Logo, optei por me dedicar aos concursos públicos da área fiscal!

Quer saber porque eu escolhi a área fiscal? Acesse o link abaixo e dê uma olhadinha no artigo que eu escrevi sobre concursos fiscais...

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/concursos-fiscais/>

Após alguns meses de férias dos estudos e, então, após o carnaval de 2011, eu comecei a me preparar para a área fiscal. E, em menos de 2 semanas, eu já estava abismado com a quantidade de coisas que eu deveria estudar.

Para os concursos de nível médio que havia feito em 2009/2010, eu já sabia os pontos mais importantes, o que caía mais e o que não caía na prova, quais eram as partes chatas que – não tinha saída – eu teria que decorar e também quais eram os assuntos complicados que eu poderia, até mesmo, nunca estudar em virtude da pouca relevância.



Por mais que os livros, as aulas em vídeo e os cursos em pdf já buscassem dar uma boa perspectiva sobre a probabilidade de cobrança de cada assunto do ponto de vista do professor, ainda assim eu notava que a percepção do concurseiro sobre o estudo em cada disciplina era importantíssima para guiá-lo nos estudos.

Assim, logo que iniciei os meus estudos, eu ficava imaginando se não existia alguma possibilidade de ter acesso ao ponto de vista de uma pessoa aprovada nos concursos que eu queria fazer. Seria interessante saber como a experiência daquele aprovado na área fiscal poderia me ajudar no planejamento dos meus estudos (o que priorizar nos meus estudos, em quais assuntos não ficar se prendendo muito etc).

Apesar de hoje existir o coaching para concursos, que já busca orientar o aluno nesse sentido, o Passo Estratégico vem suprir essa demanda de forma “documentada” e detalhada através desses relatórios. Além disso, temos a proposta de oferecer “Análises Estatísticas” e os “Questionários de Revisão”, que serão excelentes ferramentas para repassar os pontos mais importantes da matéria de forma otimizada através de perguntas e respostas.

Eu sempre conto para os meus alunos do coaching o seguinte: quando eu comecei a estudar para a área fiscal, escolhi um material de Contabilidade Geral que era famoso na época. Comecei a estudá-lo e o começo fluiu bem. Entretanto, depois da 4ª ou 5ª aula, eu não conseguia avançar mais. Não estava entendendo nada e acabava não seguindo em frente. Optei então por substituir o material.

Com o segundo material, já iniciei bem, mas acabei ficando parado novamente naquele mesmo assunto que eu não tinha entendido através do primeiro material.

Finalmente, peguei um terceiro material e então as coisas seguiram muito bem, fui avançando e concluí o estudo da disciplina de Contabilidade Geral.

Após ter me tornado então um bom aluno na Contabilidade e de estar acertando vários exercícios, percebi que realmente o melhor material de estudo era o primeiro material que eu havia estudado. Era muito melhor do que os outros dois, tanto na didática quanto na profundidade dos assuntos, no comentário dos exercícios etc.

Entretanto, a minha percepção, enquanto aluno iniciante na disciplina, era que o melhor material havia sido aquele terceiro, que havia me feito, definitivamente, superar alguns assuntos e seguir adiante.

Aqui vejo, então, o problema de vários concurseiros, assim como foi o meu: dificilmente conseguimos identificar corretamente as causas de nossas dificuldades no estudo e, conseqüentemente, como resolvê-las.

A minha dificuldade naquele momento inicial era perceber que a Contabilidade Geral é realmente uma disciplina complicada para quem nunca estudou e que, portanto, diferentemente das disciplinas de direito que eu estava estudando, eu precisaria “quebrar mais a cabeça” para entender.

Logo, quando me deparei com aquela dificuldade na Contabilidade, eu tentava entendê-la melhor a qualquer custo (perdia 1h em 3 páginas) e isso impedia o meu avanço. O pior foi que acabei trocando de material várias vezes e atrasando o meu estudo. Além disso, o terceiro material que estudei, de fato, era o pior dos 3 materiais de Contabilidade que eu havia tentado estudar.



Parando para analisar posteriormente, reparei que eu só havia entendido a Contabilidade Geral pelo terceiro material pois, através dele, eu estava vendo novamente os assuntos pela terceira vez, o que acaba ajudando bastante na compreensão. Ou seja, o que me fez entender a matéria pelo terceiro material foi o fato de já ter visto a matéria várias vezes anteriormente.

Em resumo, através deste e dos demais relatórios, vamos apontar os seus esforços para a direção correta nos estudos, através da nossa experiência adquirida enquanto concurseiros. ;)

CRONOGRAMA DO NOSSO PASSO ESTRATÉGICO DE CONTABILIDADE GERAL – PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS PARA O EXAME DE SUFICIÊNCIA 2020.1 - CFC

Aula	Assunto	Data
0	Apresentação. CPC 04 – Ativo Intangível. CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis	17/jan
1	CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	21/jan
2	CPC 16 – Estoques	25/jan
3	SIMULADO 1	26/jan
4	CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil	30/jan
5	CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada	03/fev
6	CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	07/fev
7	SIMULADO 2	08/fev
8	CPC 27 – Ativo Imobilizado. CPC 24 - Evento Subsequente.	12/fev
9	CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo	16/fev
10	Demonstração do Resultado Abrangente, conceito, conteúdo e forma de apresentação. Demonstração do Valor Adicionado – DVA: conceito, forma de apresentação e elaboração.	20/fev
11	SIMULADO 3	21/fev
12	CPC 29 – Ativo Biológico.	25/fev



13	CPC 28 - Propriedade para Investimento. CPC 48 – Instrumentos Financeiros	29/fev
14	CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	04/mar
15	SIMULADO 4	05/mar
16	CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais	09/mar
17	CPC 12 - Ajuste a Valor Presente	13/mar
18	CPC 15 - Combinação de Negócios CPC 19 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto. CPC 36 - Demonstrações Consolidadas	17/mar
19	SIMULADO 5	18/mar

Ufa! Muita coisa, não é mesmo? Mas fiquem tranquilos que estamos aqui para tornar a sua vida mais fácil!

Neste primeiro relatório de Contabilidade Geral, vamos abordar os seguintes assuntos:

Apresentação. CPC 04 – Ativo Intangível. CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

Para estudar Contabilidade – Pronunciamentos Contábeis agora, eu recomendo que estude o seu material – independente de qual seja (do Estratégia, de outro curso on-line, em vídeo, livro ou até mesmo de curso presencial) – com este relatório ao seu lado (ou aberto no computador na sua frente ou no tablet).

Através do relatório, você vai ter acesso ao que é mais importante em cada assunto na sua prova. Isso vai te dar segurança na progressão dos seus estudos, e vai te ajudar a ter mais atenção nos tópicos do seu material que os relatórios demonstrarem serem importantes.

Este relatório vai ajudá-lo de diversas maneiras:

Demonstrar o que mais cai na prova dentre tudo aquilo que você já estudou (vai te ajudar a estabelecer a prioridade de revisão de cada assunto na sua rotina);

Revisar os assuntos tratados no relatório de maneira rápida (através dos questionários); e

Fazer um “controle de qualidade” dos seus resumos (para que eles abordem os assuntos mais relevantes da sua prova).

Constará em cada relatório uma seção chamada “Análise Estatística”, onde iremos demonstrar a ocorrência de cada assunto em editais, provas e também no conjunto total de questões de Contabilidade Geral, feitas pela banca.



Primeiramente, iremos analisar a ocorrência de cada um dos assuntos com base nos últimos 7 anos de **Exame de Suficiência do CFC**.

Esperamos que, através deste relatório, você tenha as informações mais preciosas – e de forma objetiva – sobre o assunto abordado.

Agora vamos ao que interessa. Bons estudos!

2 - ANÁLISE ESTATÍSTICA

2.1 - ANÁLISE ESTATÍSTICA: EXAME DE SUFICIÊNCIA

Considerando as provas objetivas dos últimos 7 anos do exame de suficiência:

Tabela 1

ASSUNTO	Qtde de concursos que previram a disciplina Contabilidade Geral Pronunciamentos Contábeis	Qtde de concursos que previram o assunto no edital	% de incidência do assunto no edital da disciplina
CPC 04 - Ativo intangível.	15	15	100%
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.	15	15	100%

Tabela 2

ASSUNTO	Qtde de concursos que previram o assunto no edital	Qtde de concursos que efetivamente cobraram o assunto em prova	% de incidência do assunto nas provas da banca
CPC 04 - Ativo intangível.	15	7	46,67%
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis	15	6	40%



Tabela 3

ASSUNTO	Total de questões das provas de Contabilidade Geral	Total de questões em que o assunto foi abordado	% de incidência do assunto no total de questões da disciplina
CPC 04 - Ativo intangível.	120	7	5,83%
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis	120	6	5,00%

Assunto: Ativo intangível.

Tabela 1: de todos os editais do exame de suficiência, em **100%** dos casos havia a cobrança do assunto.

Tabela 2: quando o edital pedia o assunto no conteúdo programático da disciplina, o mesmo foi cobrado nas respectivas provas em **46,67%** dos casos.

Tabela 3: de todas as questões de Contabilidade Geral do exame de suficiência nos últimos 5 anos, o assunto foi cobrado em **5,83%** dos casos.

CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis

Tabela 1: de todos os editais do exame de suficiência, em **100%** dos casos havia a cobrança do assunto.

Tabela 2: quando o edital pedia o assunto no conteúdo programático da disciplina, o mesmo foi cobrado nas respectivas provas em **40%** dos casos.

Tabela 3: de todas as questões de Contabilidade Geral do exame de suficiência nos últimos 5 anos, o assunto foi cobrado em **5,00%** dos casos.



2.2 - CONCLUSÃO DA ANÁLISE ESTATÍSTICA

Diante dos dados estatísticos, pudemos perceber que esses assuntos têm relativa cobrança em provas, se considerados conjuntamente, representam 10,83% do total de questões sobre pronunciamentos cobradas no Exame de Suficiência do CFC.

Para melhorar a retenção do conhecimento, o que diminuirá a necessidade de revisão desses temas, procure caprichar nos grifos nas aulas do curso regular e faça algumas questões de fixação.

Abaixo trouxemos algumas questões para vocês treinarem.

Atenção total!

Bons estudos.

3 - ANÁLISE DAS QUESTÕES

CPC 04 - Ativo intangível. CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

1. CONSULPLAN - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2019

De acordo com a NBC TG 26 (R5), o conjunto completo de demonstrações contábeis NÃO inclui:

- a) Demonstração dos fluxos de caixa do período.
- b) Demonstração do resultado abrangente do período.
- c) Demonstração das origens e aplicações dos recursos.
- d) Notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Comentários:

Questão sobre **Demonstrações Contábeis Obrigatórias**.

Primeiramente, é importante destacar que a **Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos** foi extinta pelas Leis nº 10.638/2007 e 11.941/2009.

Esta questão foi baseada no item 10 do **CPC 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis)**.

O conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b1) demonstração do resultado do período;
- (b2) demonstração do resultado abrangente do período;
- (c) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- (d) demonstração dos fluxos de caixa do período;



(e) notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas; (Alterada pela Revisão CPC 08)

(ea) informações comparativas com o período anterior, conforme especificado nos itens 38 e 38A;

(f) balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplicar uma política contábil retrospectivamente ou proceder à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações contábeis, ou quando proceder à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis de acordo com os itens 40A a 40D; e

(f1) demonstração do valor adicionado do período, conforme Pronunciamento Técnico CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente.

Portanto, **dentre as alternativas não faz parte do conjunto completo de demonstrações contábeis a Demonstração das origens e aplicações dos recursos.**

Gabarito: C.

2. CONSULPLAN - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2019

Em 20X1 a Sociedade Empresária “A” adquiriu, por R\$ 1.000.000,00, o direito de explorar a marca comercial (registrada) ABC. O direito de exploração dessa marca foi estipulado em contrato e tem vigência de 10 anos. A Sociedade Empresária “A” não pretende renovar o contrato e julga que o método de amortização linear reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros esperados com a exploração da marca. Com base

- somente nessas informações e, considerando-se a NBC TG 04 (R4) – Ativo intangível, assinale a seguir a alternativa que evidencia o valor contábil de amortização acumulada da marca comercial ABC que estará reconhecido no Balanço Patrimonial da Sociedade Empresária “A” ao encerrar o exercício social de 20X1. Admita que não há valor residual e que a marca estava disponível para uso em 01/01/20X1, momento em que a Sociedade Empresária “A” iniciou a exploração.

- a) R\$ 8.300,00
- b) R\$ 100.000,00
- c) R\$ 200.000,00
- d) R\$ 1.000.000,00

Comentários:

Questão sobre **Ativo Intangível**.

Amortização acumulada: É o valor correspondente à recuperação de um investimento feito em bens intangíveis, ou de valores aplicados em despesas que contribuam para a formação de resultados de mais de um exercício contábil e que serão lançados como custo ou encargo em cada exercício.

Ou seja, é a perda do valor econômico do capital aplicado em bens intangíveis do Ativo, necessários a manutenção da empresa. É o desgaste de bens imateriais (tem o mesmo sentido que a depreciação).



Segundo o **CPC 04 (Ativo intangível)**: **amortização** é a alocação sistemática do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil.

Ainda segundo o pronunciamento **valor amortizável** é o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual.

Vamos aos cálculos:

()	Custo de Aquisição	1.000.000
(-)	Valor Residual	0
(=)	Valor Amortizável	1.000.000
(/)	Período Total de Uso	10 anos
(=)	Encargo de Amortização	100.000 (Anual)
(*)	Períodos de uso	1 ano
(=)	Amortização Acumulada	100.000

Portanto, o **valor contábil da amortização acumulada da marca comercial ABC que estará reconhecido no Balanço Patrimonial da Sociedade Empresária "A" ao encerrar o exercício social de 20X1 é de 100.000,00.**

Gabarito: D.

3. CONSULPLAN - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2018

Uma academia de ginástica incorreu em gastos internos para o funcionamento de seu website, criado, somente e basicamente, para promoção e publicidade dos serviços que ela tem a oferecer. Estes gastos englobaram:

- Pagamento de profissionais para fazerem toda a atualização de gráficos e revisão do conteúdo do *website* → R\$ 10.000,00 que saíram do caixa.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 04 (R4) – ATIVO INTANGÍVEL, assinale o lançamento contábil a ser feito pela academia de ginástica para registrar o fato ocorrido.

a)

Débito: INTANGÍVEL <i>WEBSITE</i> (ATIVO NÃO CIRCULANTE)	R\$ 10.000,00
Crédito: CAIXA (ATIVO CIRCULANTE)	R\$ 10.000,00

b)

Débito: INTANGÍVEL <i>WEBSITE</i> EM DESENVOLVIMENTO (ATIVO NÃO CIRCULANTE)	R\$ 10.000,00
Crédito: CAIXA (ATIVO CIRCULANTE)	R\$ 10.000,00

c)

Débito: INVESTIMENTO <i>WEBSITE</i> (ATIVO NÃO CIRCULANTE)	R\$ 10.000,00
Crédito: CAIXA (ATIVO CIRCULANTE)	R\$ 10.000,00

d)



Débito: PROPAGANDA E PUBLICIDADE (OUTRAS DESPESAS COMERCIAIS)	R\$ 10.000,00
Crédito: CAIXA (ATIVO CIRCULANTE)	R\$ 10.000,00

Comentários:

De acordo com o CPC 04:

29. Exemplos de gastos que **não fazem parte do custo** de ativo intangível:
- (a) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo **propaganda** e atividades promocionais);
 - (b) custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento); e
 - (c) custos administrativos e outros custos indiretos.

Logo, observa-se que é um gasto com propaganda, tendo em vista o CPC 04, esse gasto deve ser reconhecido diretamente no resultado, como uma despesa.

Gabarito: Letra D.

4. FBC - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2017

Como parte de suas operações regulares do dia a dia que envolvem controle de pragas na agricultura, uma Sociedade Empresária reuniu informações suficientes para a construção de uma base de dados.

Os custos relacionados à obtenção dos dados não puderam ser segregados das operações regulares, de forma que fossem identificados.

Ainda que esses dados precisem ser classificados e organizados sistemicamente para formar, de fato, uma base de dados, estima-se com confiabilidade que seu desenvolvimento em modelo estruturado proporcionará benefício econômico futuro da ordem de R\$20.000.000,00, já trazidos a valor presente.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 04 (R3) – ATIVO INTANGÍVEL, acerca dos gastos relacionados à obtenção dos dados elencados é CORRETO afirmar que:

- a) a base de dados deve ser reconhecida, de imediato, como ativo intangível, pelo valor de R\$20.000.000,00, cuja estimativa é confiável.
- b) nenhum ativo intangível deve ser reconhecido até esse momento; os gastos anteriores devem ser tratados como despesa.
- c) somente poderá ser reconhecido o ativo intangível pela Sociedade Empresária que possui, até então, os dados, caso haja proposta de aquisição de controle da entidade que se configure como combinação de negócios, ainda que esta não se efetive.
- d) um ativo intangível será reconhecido pela Sociedade Empresária que reuniu os dados, se houver mercado ativo para a comercialização da base de dados, com compradores e vendedores dispostos a negociar, e se os preços forem públicos e conhecidos.

Comentários:



De acordo com o CPC 04, é reconhecido com ativo intangível como sendo um:

- **Ativo não monetário;**
- **Identificável; E**
- **Gerador de benefício econômico futuro.**

Nessa questão fala que os custos não foram identificados, requisito para ser um ativo intangível falado acima. Dessa maneira, os gastos na fase de pesquisa são classificados com despesa, já que não consegue identifica-lo, nem usufruir de dos benefícios econômicos.

*54. **Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa** deve ser reconhecido. Os **gastos com pesquisa** devem ser reconhecidos como despesas. Logo, os custos da obtenção de dados não são reconhecidos como intangíveis por estarem em fase de pesquisa.*

Gabarito: Letra B.

5. FBC - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2017

Uma Sociedade Empresária comercial apresenta os seguintes dados, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2016, extraídos do seu Balancete de Verificação:

- | | |
|----------------------------------|---------------|
| • Custo das Mercadorias Vendidas | R\$560.000,00 |
| • Faturamento Bruto de Vendas | R\$800.000,00 |
| • ICMS sobre Vendas | R\$93.000,00 |
| • Receita de Dividendos | R\$70.000,00 |
| • Receita Financeira | R\$30.000,00 |
| • Vendas Canceladas | R\$25.000,00 |

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a Lei n.º 6.404/1976, o valor do Lucro Bruto a ser evidenciado na Demonstração do Resultado do período é de:

- a) R\$122.000,00.
- b) R\$152.000,00.
- c) R\$240.000,00.
- d) R\$270.000,00.

Comentários:

Para resolver a questão vamos utilizar a estrutura básica da DRE

RECEITA BRUTA DE VENDAS

(-) Deduções

= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

(-) CMV



= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO

(-/+) Despesas e receitas financeiras e operacionais

= LUCRO ANTES DO IR E CSLL

(-) Provisão para IR e CSLL

= RESULTADO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES

(-) Participações

= RESULTADO LÍQUIDO

Calculando o Lucro bruto:

RECEITA BRUTA DE VENDAS	800.000
VENDAS CANCELADAS (-)	23.000
ICMS SOBRE VENDAS (-)	93.000
CMV (-)	560.000
Lucro Bruto:	122.000

Gabarito: Letra A.

6. FBC - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2016

Uma Sociedade Empresária apresentou, em 31.12.2015, os seguintes saldos em suas contas de resultado, antes da apuração do resultado do período.

Contas	Saldos em 31.12.2015
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$154.575,00
Despesas Administrativas	R\$86.121,00
Despesas com Vendas	R\$77.288,00
Despesas Financeiras	R\$15.458,00
Perdas com Operações Descontinuadas	R\$48.581,00
Receita Bruta de Vendas	R\$662.466,00
Receitas Financeiras	R\$13.249,00
Tributos sobre Vendas	R\$39.749,00
Vendas Canceladas	R\$17.666,00



De acordo com NBC TG 26 (R3) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, com base nos saldos apresentados e desconsiderando-se os aspectos tributários, é CORRETO afirmar que:

- a) O Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro é de R\$287.067,00.
- b) O Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras é de R\$605.051,00.
- c) O Lucro das Operações Continuadas é de R\$236.277,00.
- d) O Lucro Bruto é de R\$450.476,00.

Comentários:

Montando a DRE de acordo com o CPC 26, temos:

Montando a DRE com base no CPC 26, temos:

Receita = 605.051,00 (receita líquida)

(-) CMV = (154.575,00)

(=) Lucro Bruto = 450.476,00

(-) despesas com vendas = (77.288,00)

(-) despesas administrativas = (86.121,00)

(-) outras despesas = 0,00

(+) outras receitas = 0,00

(+/-) equivalência pat. = 0,00

(=) Resultado antes Receitas e Despesas Financeiras = 287.067,00

(-) despesas financeiras = (15.458,00)

(+) receitas financeiras = 13.249,00

(=) Resultado antes dos tributos sobre o lucro = 284.858,00

(-) tributos sobre o lucro = 0,00

(=) Resultado líquida Operações continuadas = 284.858,00

Gabarito: Letra D.

7. FBC - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/2º Exame de Suficiência/2017

Com relação à obrigatoriedade de apresentação da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, de acordo com a NBC TG 26 (R4) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, NBC TG 1000 (R1) – CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS e ITG 1000 – MODELO CONTÁBIL PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

I. A NBC TG 26 (R4) estabelece que a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados integra o conjunto completo das Demonstrações Financeiras.



II. A ITG 1000 estabelece que a entidade deve elaborar obrigatoriamente a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, juntamente com o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social.

III. A NBC TG 1000 (R1) estabelece que a entidade pode apresentar uma única Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados no lugar da Demonstração do Resultado Abrangente e da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, se as únicas alterações no Patrimônio Líquido durante os períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas derivarem do resultado, de distribuição de lucro, de correção de erros de períodos anteriores e de mudanças de políticas contábeis.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F, F, V.
- b) F, V, V.
- c) V, F, F.
- d) V, V, F.

Comentários:

Iremos usar o que diz o CPC 26 para responder as questões.

De acordo com o CPC 26:

"Conjunto completo de demonstrações contábeis

10. O conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

(a) balanço patrimonial ao final do período;

(b1) demonstração do resultado do período;

(b2) demonstração do resultado abrangente do período;

(c) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;

(d) demonstração dos fluxos de caixa do período;

(e) notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas;

(ea) informações comparativas com o período anterior, conforme especificado nos itens 38 e 38A;

(f) balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplicar uma política contábil retrospectivamente ou proceder à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações contábeis, ou quando proceder à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis de acordo com os itens 40A a 40D;

(f1) demonstração do valor adicionado do período, conforme Pronunciamento Técnico CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente."

Logo, a alternativa I está falsa.

CPC 26 diz:



'26. A entidade deve elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. Quando houver necessidade, a entidade deve elaborá-los em períodos intermediários.'

De acordo com a norma, a afirmativa II está falsa também.

E novamente o CPC 26, diz:

'6.4 A demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados apresenta o resultado da entidade e as alterações nos lucros ou prejuízos acumulados para o período de divulgação. O item 3.18 permite que a entidade apresente a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados no lugar da demonstração do resultado abrangente e da demonstração das mutações do patrimônio líquido, se as únicas alterações no seu patrimônio líquido durante os períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas derivarem do resultado, de pagamento de dividendos ou de outra forma de distribuição de lucro, correção de erros de períodos anteriores, e de mudanças de políticas contábeis.'

Dessa forma a alternativa III está correta.

Gabarito: Letra A.

8. FBC - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/2º Exame de Suficiência/2017

Em 31.12.2016, uma Sociedade Empresária adquiriu o direito de uso de uma patente por R\$1.800.000,00; pagou 80% à vista e o restante com vencimento em 31.1.2017. Para fins de registro contábil do ativo, o efeito do valor do dinheiro no tempo foi considerado imaterial.

Essa patente permite à Sociedade Empresária fabricar e comercializar, durante os próximos 6 anos, um produto exclusivo e de grande aceitação no mercado.

A projeção de produção e comercialização desse produto é apresentada a seguir:

ANO	VOLUME DE PRODUÇÃO E VENDAS
1	100.000 unidades
2	200.000 unidades
3	300.000 unidades
4	350.000 unidades
5	200.000 unidades
6	50.000 unidades
TOTAL	1.200.000 unidades

Informações Adicionais:

✓ A Sociedade Empresária utiliza, como Critério de Amortização, o Método de Unidades Produzidas.



- ✓ Ao final do 6º ano de utilização, a patente tem valor residual estimado igual a zero.
- ✓ Conforme projetado, no 1º ano foram produzidas e vendidas 100.000 unidades e não houve alteração do volume de produção previsto para os anos seguintes.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e o que dispõe a NBC TG 04 (R3) – ATIVO INTANGÍVEL, o valor contábil do grupo Ativo Não Circulante – Intangível, ao final do 1º ano, será de:

- a) R\$1.440.000,00.
- b) R\$1.500.000,00.
- c) R\$1.650.000,00.
- d) R\$1.800.000,00.

Comentários:

Segundo o CPC 04

Valor Contábil é: o valor pelo qual um ativo é reconhecido no balanço patrimonial **após a dedução da amortização acumulada** e da perda por desvalorização.

Amortização é: a alocação sistemática do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil.

Valor Amortizável é: o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual.

O CPC 04 preceitua que podemos utilizar diversos métodos de amortização para apropriar de forma sistemática o valor amortizável de um ativo ao longo da sua vida útil.

No caso dessa questão, iremos utilizar o método das unidades produzidas. De terminando que a amortização deve ser feita segundo a capacidade de produção. Logo, como não há valor residual, o cálculo se dá pela divisão do valor do ativo pela quantidade de unidades produzidas/estimadas.

Calculando

$$1.800.000 / 1.200.000 = 1,5 \text{ (valor amortizável por unidade produzida)}$$

Assim, para o período 1:

$$100.000 \text{ unidades} * 1,5 = 150.000 \text{ (valor da amortização do período 1)}$$

Como valor contábil é valor do custo menos a amortização, temos:

$$1.800.000 - 150.000 = 1.650.000$$

Gabarito: Letra C.

9. FBC - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2014

Segundo a NBC TG 04(R1) – Ativo Intangível, são exemplos de atividades de pesquisa, EXCETO:

- a) projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia.



- b) atividades destinadas à obtenção de novo conhecimento.
- c) busca, avaliação e seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos.
- d) busca de alternativas para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços.

Comentários:

A NBC TG 04 (R1), item 56 diz:

São exemplos de atividades de pesquisa:

- (a) atividades destinadas à obtenção de novo conhecimento;*
- (b) busca, avaliação e seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos;*
- (c) busca de alternativas para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços; e*
- (d) formulação, projeto, avaliação e seleção final de alternativas possíveis para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou aperfeiçoados.*

Ainda no CPC 04 diz:

- 59. São exemplos de atividades de desenvolvimento:*
- (...)*
- (b) projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia;*

Logo, o único item que a norma não contempla é a letra A, já que são atividade de desenvolvimento e não de pesquisa.

Gabarito: Letra A.

10. CONSULPLAN - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2018

Uma companhia tem como objeto social a produção e comercialização de cana-de-açúcar. Para tanto, consta em seu balanço patrimonial algumas lavouras de cana-de-açúcar registradas no grupo Ativos Biológicos. Em seu último exercício social, a companhia divulgou que aplicou, de maneira consistente, as seguintes políticas contábeis:

- I.** A cana colhida foi mensurada ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita e reconhecida nos Estoques de Produtos Agrícolas (Ativo Circulante).
- II.** Os estoques de adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas foram avaliados pelo custo de aquisição, haja vista que o valor de custo é menor que o valor realizável líquido.
- III.** As lavouras de cana-de-açúcar foram mensuradas pelo valor justo, utilizando a abordagem de preços de mercado dessa *commodity*, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer, a partir da pré-colheita.



Considerando-se apenas as informações apresentadas, é correto afirmar que essa companhia atendeu ao que dispõe as normas NBC TG 29 (R2) – ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA e NBC TG 16 (R2) – ESTOQUES no que consta em:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e III, apenas.

Comentários:

De acordo com o CPC 29:

Ativo biológico é um animal e/ou uma planta, vivos. Esse pronunciamento dispõe sobre o tratamento contábil, e as respectivas divulgações, relacionados aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas.

*Quanto à mensuração, o ativo biológico deve ser mensurado ao **valor justo menos a despesa de venda** no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável*

Alternativa I, Correta.

De acordo com CPC 16:

Estoques são ativos:

Mantidos para venda no curso normal dos negócios;

Em processo de produção para venda; ou

Na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Os estoques em relação a mensuração, devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, **dos dois o menor**, conforme o item 9.

Alternativa II, correta.

Como foi explicado no item "I", o ativo biológico deve ser mensurado ao **valor justo menos a despesa de venda** no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável.

Gabarito: Letra A.

11. FBC - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/2º Exame de Suficiência/2012

Com relação ao que determina a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, no tocante à informação a ser apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) ou nas Notas Explicativas, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.



I. Para cada componente do patrimônio líquido, a entidade deve apresentar, ou na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas, uma análise dos outros resultados abrangentes por item.

II. O patrimônio líquido deve apresentar o capital social, as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações ou quotas em tesouraria, os prejuízos acumulados, se legalmente admitidos os lucros acumulados e as demais contas exigidas pelas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

III. A entidade deve apresentar na demonstração das mutações do patrimônio líquido, ou nas notas explicativas, o montante de dividendos reconhecidos como distribuição aos proprietários durante o período e o respectivo montante por ação.

Está(ão) CORRETO(S) o(s) item(ns):

- a) I e II, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

Comentários:

De acordo com o CPC 26:

106A. Para cada componente do patrimônio líquido, a entidade deve apresentar, ou na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas, uma análise dos outros resultados abrangentes por item.

Alternativa I, Correta.

No item 106B do CPC 26:

106B. O patrimônio líquido deve apresentar o capital social, as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações ou quotas em tesouraria, os prejuízos acumulados, se legalmente admitidos os lucros acumulados e as demais contas exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC.

Literalidade do CPC 26 na alternativa II, Correta.

107. A entidade deve apresentar, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas, o montante de dividendos reconhecidos como distribuição aos proprietários durante o período e o respectivo montante dos dividendos por ação.

Reprodução literal novamente do item 107 do CPC 26, Alternativa III, correta.

Gabarito: Letra C.

12. FBC - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2011

A movimentação ocorrida nas contas de Reservas de Lucros em um determinado período é evidenciada na seguinte demonstração contábil:

- a) Balanço Patrimonial



- b) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa
- d) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

Comentários:

De acordo com o CPC 26:

106 - A demonstração das mutações do patrimônio líquido inclui as seguintes informações:

d) para cada componente do patrimônio líquido, a conciliação do saldo no início e no final do período

Dessa forma, cada conta do patrimônio líquido deve ser colocada na DMPL, fazendo a conciliação do saldo inicial e final do período.

Assim, como a conta Reservas de Lucros cobrada no enunciado da questão é conta do Patrimônio Líquido, deve ser detalhada na **DMPL**.

Gabarito: Letra B.

4 - CHECKLIST DE ESTUDO

- 1) Revisar o Ativo Intangível, com atenção para:
 - Reconhecimento (CPC 04)
 - Goodwill (CPC 04)
 - Marcas e Patentes / P&D
- 2) Revisar as distintas Demonstrações Contábeis (existentes).
- 3) Revisar os aspectos conceituais sobre o Balanço Patrimonial e a DRE, segundo o CPC 26 (R1).
- 4) Revisar os conceitos dos grupos e subgrupos que compõem as demonstrações contábeis.

5 - PONTOS DE DESTAQUE

PONTO #1 ATIVO INTANGÍVEL

→ São classificadas as seguintes contas:

- os direitos relativos a bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade: representam aqueles bens incorpóreos (= intangíveis) utilizados nas atividades da entidade.
- o fundo de comércio adquirido: representam o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

Enquadram-se aqui as marcas e patentes, softwares, direitos autorais, gastos com desenvolvimento e direitos de exploração de recursos minerais, por exemplo.



→ Reconhecimento (CPC 04):

De acordo com o CPC 04, para que um elemento do Ativo seja classificado no Intangível, o mesmo deve atender aos seguintes critérios:

8. Os termos abaixo são utilizados no presente Pronunciamento com os seguintes significados:

(...)

Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física.

Ativo monetário é aquele representado por dinheiro ou por direitos a serem recebidos em uma quantia fixa ou determinável de dinheiro.

(...)

11. A definição de ativo intangível requer que ele seja identificável, para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill). O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) reconhecido em uma combinação de negócios é um ativo que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente. Tais benefícios econômicos futuros podem advir da sinergia entre os ativos identificáveis adquiridos ou de ativos que, individualmente, não se qualificam para reconhecimento em separado nas demonstrações contábeis.

12. Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando:

(a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou

(b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

(...)

21. Um ativo intangível deve ser reconhecido **apenas se**:

(a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e

(b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

Assim, temos que os Intangíveis devem ser: não corpóreos, não monetários, identificáveis (ou seja, separáveis e resultantes de direitos contratuais ou legais), controláveis, seja provável a geração de benefícios econômicos futuros para a entidade e seu custo possa ser mensurado com confiabilidade.



→ Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (Goodwill):

É o **excedente de preço pago** na compra de um empreendimento ou patrimônio sobre o valor de mercado de seus ativos líquidos.

Por exemplo, quando um comprador decide comprar algo por valor maior do que essa coisa “realmente” vale, então temos aí o ágio (goodwill). O que acontece é que não é possível identificar individualmente o que foi a causa do excedente de preço pago (talvez seja em virtude da lealdade dos clientes, da capacidade intelectual dos funcionários etc; enfim, aspectos de mensuração individual impossível).

9. As entidades frequentemente despendem recursos ou contraem obrigações com a aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento de recursos intangíveis como conhecimento científico ou técnico, projeto e implantação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual, conhecimento mercadológico, nome, reputação, imagem e marcas registradas (incluindo nomes comerciais e títulos de publicações). Exemplos de itens que se enquadram nessas categorias amplas são: softwares, patentes, direitos autorais, direitos sobre filmes cinematográficos, listas de clientes, direitos sobre hipotecas, licenças de pesca, quotas de importação, franquias, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes, participação no mercado e direitos de comercialização.

10. Nem todos os itens descritos no item anterior se enquadram na definição de ativo intangível, ou seja, são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros. Caso um item abrangido pelo presente Pronunciamento não atenda à definição de ativo intangível, o gasto incorrido na sua aquisição ou geração interna deve ser reconhecido como despesa quando incorrido. No entanto, se o item for adquirido em uma combinação de negócios, passa a fazer parte do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) reconhecido na data da aquisição.

→ Marcas e Patentes:

Apenas devem ser reconhecidas no Intangível quando a entidade tiver incorrido em algum custo em relação à detenção do direito de exploração das marcas e patentes.

Caso nenhum custo tenha sido incorrido, não se deve reconhecê-las no Patrimônio.

→ Pesquisa e Desenvolvimento (P&D):

Gastos com P&D são classificados da seguinte maneira:

- Gastos com **Pesquisa**: na fase de pesquisa, a entidade não conseguirá *identificar* (= demonstrar a existência) do Intangível ainda, pois o mesmo ainda não começou a ser desenvolvido. Logo, os gastos com Pesquisas devem ser classificados como **Despesa** quando incorridos.



- Gastos com **Desenvolvimento**: apenas são classificados como Intangível quando atenderem aos critérios estabelecidos no CPC 04 (*identificáveis*, controláveis e geradores de benefícios econômicos futuros). Quando não atenderem a esses critérios, deverão ser classificados como Despesa quando incorridos.

→ Intangíveis contidos em substâncias físicas:

No caso, deve-se comparar a importância do bem corpóreo (a substância física) com a importância do bem incorpóreo (o intangível).

O bem mais importante é que vai determinar como deve ser feita a classificação.

Caso o mais importante seja a substância física, então a classificação de todo o bem **será no Imobilizado**. Mas se o mais importante for a substância incorpórea, então a classificação da mesma **será no Intangível**.

Por exemplo, o sistema operacional de um computador será classificado junto com o computador no Imobilizado, já que o elemento mais significativo é o computador.

Por outro lado, quando a entidade compra um software importante, que não veio junto com o computador, mas que pode ser instalado em várias máquinas, temos aí que o software deve ser classificado no Intangível.

→ Custos atribuíveis ao Intangível **conforme o CPC 04**:

28. Exemplos de **custos diretamente atribuíveis** são:

- (a) custos de benefícios aos empregados (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados) incorridos diretamente para que o ativo fique em condições operacionais (de uso ou funcionamento);
- (b) honorários profissionais diretamente relacionados para que o ativo fique em condições operacionais; e
- (c) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente.

29. Exemplos de gastos que **não fazem parte do custo** de ativo intangível:

- (a) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais);
 - (b) custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento); e
 - (c) custos administrativos e outros custos indiretos.
- (...)

48. O **ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo**.

(...)



66. O custo de ativo intangível **gerado internamente** inclui todos os gastos diretamente atribuíveis, necessários à criação, produção e preparação do ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração. Exemplos de custos diretamente atribuíveis:

(a) gastos com materiais e serviços consumidos ou utilizados na geração do ativo intangível;

(b) custos de benefícios a empregados (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados) relacionados à geração do ativo intangível;

(c) taxas de registro de direito legal; e

(d) amortização de patentes e licenças utilizadas na geração do ativo intangível.

67. Os seguintes itens **não** são componentes do custo de ativo intangível **gerado internamente**:

(a) gastos com vendas, administrativos e outros gastos indiretos, exceto se tais gastos puderem ser atribuídos diretamente à preparação do ativo para uso;

(b) ineficiências identificadas e prejuízos operacionais iniciais incorridos antes do ativo atingir o desempenho planejado; e

(c) gastos com o treinamento de pessoal para operar o ativo.

Note que se trata, basicamente, da mesma lógica utilizada na consideração dos custos que integram o Imobilizado.

PONTO #2 CPC 26 - CONCEITOS IMPORTANTES

Como o CPC 26 (1) é um pronunciamento norteador das exigências conceituais para a elaboração das Demonstrações contábeis, alguns conceitos devem ser do conhecimento dos senhores:

Demonstrações contábeis de propósito geral (referidas simplesmente como demonstrações contábeis) são aquelas cujo propósito reside no atendimento das necessidades informacionais de **usuários externos** que não se encontram em condições de requerer relatórios especificamente planejados para atender às suas necessidades peculiares.

Notas explicativas contêm **informação adicional** em relação à apresentada nas demonstrações contábeis. As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

Resultado do período é o total das **receitas deduzido das despesas**, exceto os itens reconhecidos como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.



PONTO #3 FINALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES

O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da **posição patrimonial e financeira**, do **desempenho** e dos **fluxos de caixa** da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e **tomada de decisões** econômicas.

As demonstrações contábeis proporcionam informação da entidade acerca do seguinte:

- (a) ativos (por meio do **Balanço Patrimonial**);
- (b) passivos (por meio do **Balanço Patrimonial**);
- (c) patrimônio líquido (por meio do **Balanço Patrimonial**);
- (d) receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas (por meio da **Demonstração do Resultado do Exercício**);
- (e) alterações no capital próprio mediante integralizações dos proprietários e distribuições a eles (por meio da **Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido**); e
- (f) fluxos de caixa (por meio da **Demonstração dos Fluxos de Caixa**).

PONTO #4 CONJUNTO COMPLETO DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

No nosso concurso não serão cobradas todas as demonstrações contábeis existente, apenas o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Patrimônio Líquido (as duas mais importantes), mas devemos saber qual o rol de demonstrações contábeis previsto pelo CPC 26 (R1):

10. O conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- (a) **balanço patrimonial** ao final do período;
- (b1) **demonstração do resultado do período**;
- (b2) demonstração do **resultado abrangente** do período;
- (c) **demonstração das mutações do patrimônio líquido** do período;
- (d) **demonstração dos fluxos de caixa** do período;
- (e) **notas explicativas**, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas;
- [...]
- (f1) **demonstração do valor adicionado** do período, conforme Pronunciamento Técnico CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente.

Percebam que, além do Balanço Patrimonial e da DRE, existem outras demonstrações contábeis. Inclusive as notas explicativas, que o CPC 26 achou por bem deixar no rol de demonstrações contábeis.



PONTO #5 CONTINUIDADE, REGIME DE COMPETÊNCIA E MATERIALIDADE

CONTINUIDADE

Ninguém abre uma empresa pensando no seu fechamento, não é mesmo? A ideia é que ela tenha vida longa, a fim de trazer lucros capazes de compensar os investimentos realizados.

Em linguagem técnica: as demonstrações contábeis devem ser elaboradas no **pressuposto da continuidade**, a menos que a administração tenha intenção de liquidar a entidade ou cessar seus negócios, ou ainda não possua uma alternativa realista senão a descontinuidade de suas atividades.

REGIME DE COMPETÊNCIA

Essa é a regra, a entidade deve elaborar as suas demonstrações contábeis, **exceto para a demonstração dos fluxos de caixa**, utilizando-se do regime de competência.

Quando o regime de competência é utilizado, os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas (os elementos das demonstrações contábeis) no **momento da ocorrência de seus fatos geradores**.

MATERIALIDADE

Pessoal, a materialidade está relacionada ao “tamanho” do item, seu valor. Mas esse é um conceito relativo, porque depende da capacidade do sujeito.

Hoje um almoço de 100 reais (uma despesa) pode ser algo material para você, proporcionalmente à sua renda. Mas depois que você passar para o concurso que você almeja pode não ser mais, porque sua renda foi aumentada consideravelmente.

O “tamanho” dos itens pode influenciar na sua apresentação: se forem material, serão demonstrados separadamente; se forem imateriais, podem ser agregados a outros itens.

Falando tecnicamente: a entidade deve apresentar separadamente nas demonstrações contábeis cada classe material de itens semelhantes. A entidade deve apresentar separadamente os itens de natureza ou função distinta, a menos que sejam imateriais.

Atenção! A entidade não deve compensar ativos e passivos ou receitas e despesas, a menos que a compensação seja exigida ou permitida por um CPC.

PONTO #6 BALANÇO PATRIMONIAL SEGUNDO O CPC 26

Vamos às definições (didáticas) do CPC 26:

54. O balanço patrimonial deve apresentar, respeitada a legislação, as seguintes contas:
(Alterado pela Revisão CPC 08)
- (a) caixa e equivalentes de caixa;
 - (b) clientes e outros recebíveis;



- (c) estoques;
- (d) ativos financeiros (exceto os mencionados nas alíneas “a”, “b” e “g”);
- (e) total de ativos classificados como disponíveis para venda e ativos à disposição para venda de acordo com o CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada;
- (f) ativos biológicos dentro do alcance do CPC 29; (Alterada pela Revisão CPC 08)
- (g) investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial;
- (h) propriedades para investimento;
- (i) imobilizado;
- (j) intangível;
- (k) contas a pagar comerciais e outras;
- (l) provisões;
- (m) obrigações financeiras (exceto as referidas nas alíneas “k” e “l”);
- (n) obrigações e ativos relativos à tributação corrente, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro;
- (o) impostos diferidos ativos e passivos, como definido no Pronunciamento Técnico CPC 32;
- (p) obrigações associadas a ativos à disposição para venda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31;
- (q) participação de não controladores apresentada de forma destacada dentro do patrimônio líquido; e
- (r) capital integralizado e reservas e outras contas atribuíveis aos proprietários da entidade.

Atenção! Não adentraremos nos detalhes específicos de cada grupo ou subgrupo patrimoniais, tendo em vista não ser esse o objetivo deste relatório (assuntos tratados em aula própria no curso de contabilidade geral).

PONTO #7 A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGUNDO O CPC 26

Mais uma vez, vamos às definições (didáticas) do CPC 26 (nada muito diferente do que vimos no nosso relatório sobre a DRE):

- (f) em atendimento à legislação societária brasileira vigente na data da emissão deste Pronunciamento, a demonstração do resultado deve incluir ainda as seguintes rubricas:
 - (i) custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos;
 - (ii) lucro bruto;
 - (iii) despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;
 - (iv) resultado antes das receitas e despesas financeiras;
 - (v) resultado antes dos tributos sobre o lucro;
 - (vi) resultado líquido do período.



6 - QUESTIONÁRIO DE REVISÃO

Sem respostas:

1. Quais são as contas classificadas como Intangíveis?
2. O que define um Ativo Intangível e permite o seu reconhecimento?
3. As notas explicativas devem ser apresentadas separadamente das demonstrações contábeis?
4. Quando dois itens devem ser agregados?

Com respostas:

1. Quais são as contas classificadas como Intangíveis?

São os direitos relativos a bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade e o fundo de comércio adquirido.

2. O que define um Ativo Intangível e permite o seu reconhecimento?

Ativo Intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física. Para que seja identificável, o item precisa ser separável (ou seja, que permita separação da entidade para venda, por exemplo) e resultados de direitos contratuais/legais. Além disso, para que seja reconhecido, precisa ser provável que gere benefícios econômicos futuros em favor da entidade e que o seu custo possa ser mensurado com confiabilidade.

3. As notas explicativas devem ser apresentadas separadamente das demonstrações contábeis?

Não. As notas explicativas podem ser apresentadas como seção separada das demonstrações contábeis, mas não existe essa obrigatoriedade.

4. Quando dois itens devem ser agregados?

Quando os dois forem considerados imateriais. Mas a determinação do que é material ou não no patrimônio cabe à entidade. Caso não seja considerado material, ela poderá agrega-lo a outros itens nas demonstrações, informando o fato em notas explicativas.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final desse nosso primeiro relatório do Passo Estratégico para o **Exame de Suficiência 2020.1**. Esperamos passar para os senhores os pontos mais importantes previstos no principais Pronunciamentos Contábeis, segundo os respectivos graus de incidências em provas.

É importante ressaltar que este material é voltado para revisão e aprofundamento, não tendo como propósito substituir o curso regular da disciplina.

Grande Abraço e bons estudos!



8 - LISTA DE QUESTÕES

1. CONSULPLAN - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2019

De acordo com a NBC TG 26 (R5), o conjunto completo de demonstrações contábeis NÃO inclui:

- a) Demonstração dos fluxos de caixa do período.
- b) Demonstração do resultado abrangente do período.
- c) Demonstração das origens e aplicações dos recursos.
- d) Notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

2. CONSULPLAN - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2019

Em 20X1 a Sociedade Empresária “A” adquiriu, por R\$ 1.000.000,00, o direito de explorar a marca comercial (registrada) ABC. O direito de exploração dessa marca foi estipulado em contrato e tem vigência de 10 anos. A Sociedade Empresária “A” não pretende renovar o contrato e julga que o método de amortização linear reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros esperados com a exploração da marca. Com base somente nessas informações e, considerando-se a NBC TG 04 (R4) – Ativo intangível, assinale a seguir a alternativa que evidencia o valor contábil de amortização acumulada da marca comercial ABC que estará reconhecido no Balanço Patrimonial da Sociedade Empresária “A” ao encerrar o exercício social de 20X1. Admita que não há valor residual e que a marca estava disponível para uso em 01/01/20X1, momento em que a Sociedade Empresária “A” iniciou a exploração.

- a) R\$ 8.300,00
- b) R\$ 100.000,00
- c) R\$ 200.000,00
- d) R\$ 1.000.000,00

3. CONSULPLAN - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2018

Uma academia de ginástica incorreu em gastos internos para o funcionamento de seu website, criado, somente e basicamente, para promoção e publicidade dos serviços que ela tem a oferecer. Estes gastos englobaram:

- Pagamento de profissionais para fazerem toda a atualização de gráficos e revisão do conteúdo do *website* → R\$ 10.000,00 que saíram do caixa.



Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 04 (R4) – ATIVO INTANGÍVEL, assinale o lançamento contábil a ser feito pela academia de ginástica para registrar o fato ocorrido.

a)

Débito: INTANGÍVEL <i>WEBSITE</i> (ATIVO NÃO CIRCULANTE)	R\$ 10.000,00
Crédito: CAIXA (ATIVO CIRCULANTE)	R\$ 10.000,00

b)

Débito: INTANGÍVEL <i>WEBSITE</i> EM DESENVOLVIMENTO (ATIVO NÃO CIRCULANTE)	R\$ 10.000,00
Crédito: CAIXA (ATIVO CIRCULANTE)	R\$ 10.000,00

c)

Débito: INVESTIMENTO <i>WEBSITE</i> (ATIVO NÃO CIRCULANTE)	R\$ 10.000,00
Crédito: CAIXA (ATIVO CIRCULANTE)	R\$ 10.000,00

d)

Débito: PROPAGANDA E PUBLICIDADE (OUTRAS DESPESAS COMERCIAIS)	R\$ 10.000,00
Crédito: CAIXA (ATIVO CIRCULANTE)	R\$ 10.000,00

4. FBC - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2017

Como parte de suas operações regulares do dia a dia que envolvem controle de pragas na agricultura, uma Sociedade Empresária reuniu informações suficientes para a construção de uma base de dados.

Os custos relacionados à obtenção dos dados não puderam ser segregados das operações regulares, de forma que fossem identificados.

Ainda que esses dados precisem ser classificados e organizados sistemicamente para formar, de fato, uma base de dados, estima-se com confiabilidade que seu desenvolvimento em modelo estruturado proporcionará benefício econômico futuro da ordem de R\$20.000.000,00, já trazidos a valor presente.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 04 (R3) – ATIVO INTANGÍVEL, acerca dos gastos relacionados à obtenção dos dados elencados é CORRETO afirmar que:

a) a base de dados deve ser reconhecida, de imediato, como ativo intangível, pelo valor de R\$20.000.000,00, cuja estimativa é confiável.

b) nenhum ativo intangível deve ser reconhecido até esse momento; os gastos anteriores devem ser tratados como despesa.

c) somente poderá ser reconhecido o ativo intangível pela Sociedade Empresária que possui, até então, os dados, caso haja proposta de aquisição de controle da entidade que se configure como combinação de negócios, ainda que esta não se efetive.



d) um ativo intangível será reconhecido pela Sociedade Empresária que reuniu os dados, se houver mercado ativo para a comercialização da base de dados, com compradores e vendedores dispostos a negociar, e se os preços forem públicos e conhecidos.

5. FBC - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2017

Uma Sociedade Empresária comercial apresenta os seguintes dados, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2016, extraídos do seu Balancete de Verificação:

- Custo das Mercadorias Vendidas R\$560.000,00
- Faturamento Bruto de Vendas R\$800.000,00
- ICMS sobre Vendas R\$93.000,00
- Receita de Dividendos R\$70.000,00
- Receita Financeira R\$30.000,00
- Vendas Canceladas R\$25.000,00

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a Lei n.º 6.404/1976, o valor do Lucro Bruto a ser evidenciado na Demonstração do Resultado do período é de:

- a) R\$122.000,00.
- b) R\$152.000,00.
- c) R\$240.000,00.
- d) R\$270.000,00.

6. FBC - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2016

Uma Sociedade Empresária apresentou, em 31.12.2015, os seguintes saldos em suas contas de resultado, antes da apuração do resultado do período.

Contas	Saldos em 31.12.2015
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$154.575,00
Despesas Administrativas	R\$86.121,00
Despesas com Vendas	R\$77.288,00



Despesas Financeiras	R\$15.458,00
Perdas com Operações Descontinuadas	R\$48.581,00
Receita Bruta de Vendas	R\$662.466,00
Receitas Financeiras	R\$13.249,00
Tributos sobre Vendas	R\$39.749,00
Vendas Canceladas	R\$17.666,00

De acordo com NBC TG 26 (R3) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, com base nos saldos apresentados e desconsiderando-se os aspectos tributários, é CORRETO afirmar que:

- a) O Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro é de R\$287.067,00.
- b) O Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras é de R\$605.051,00.
- c) O Lucro das Operações Continuadas é de R\$236.277,00.
- d) O Lucro Bruto é de R\$450.476,00.

7. FBC - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/2º Exame de Suficiência/2017

Com relação à obrigatoriedade de apresentação da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, de acordo com a NBC TG 26 (R4) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, NBC TG 1000 (R1) – CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS e ITG 1000 – MODELO CONTÁBIL PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

I. A NBC TG 26 (R4) estabelece que a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados integra o conjunto completo das Demonstrações Financeiras.

II. A ITG 1000 estabelece que a entidade deve elaborar obrigatoriamente a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, juntamente com o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social.

III. A NBC TG 1000 (R1) estabelece que a entidade pode apresentar uma única Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados no lugar da Demonstração do Resultado Abrangente e da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, se as únicas alterações no Patrimônio Líquido durante os períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas derivarem do resultado, de distribuição de lucro, de correção de erros de períodos anteriores e de mudanças de políticas contábeis.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F, F, V.



b) F, V, V.

c) V, F, F.

d) V, V, F.

8. FBC - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/2º Exame de Suficiência/2017

Em 31.12.2016, uma Sociedade Empresária adquiriu o direito de uso de uma patente por R\$1.800.000,00; pagou 80% à vista e o restante com vencimento em 31.1.2017. Para fins de registro contábil do ativo, o efeito do valor do dinheiro no tempo foi considerado imaterial.

Essa patente permite à Sociedade Empresária fabricar e comercializar, durante os próximos 6 anos, um produto exclusivo e de grande aceitação no mercado.

A projeção de produção e comercialização desse produto é apresentada a seguir:

ANO	VOLUME DE PRODUÇÃO E VENDAS
1	100.000 unidades
2	200.000 unidades
3	300.000 unidades
4	350.000 unidades
5	200.000 unidades
6	50.000 unidades
TOTAL	1.200.000 unidades

Informações Adicionais:

- ✓ A Sociedade Empresária utiliza, como Critério de Amortização, o Método de Unidades Produzidas.
- ✓ Ao final do 6º ano de utilização, a patente tem valor residual estimado igual a zero.
- ✓ Conforme projetado, no 1º ano foram produzidas e vendidas 100.000 unidades e não houve alteração do volume de produção previsto para os anos seguintes.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e o que dispõe a NBC TG 04 (R3) – ATIVO INTANGÍVEL, o valor contábil do grupo Ativo Não Circulante – Intangível, ao final do 1º ano, será de:

a) R\$1.440.000,00.

b) R\$1.500.000,00.



- c) R\$1.650.000,00.
- d) R\$1.800.000,00.

9. FBC - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2014

Segundo a NBC TG 04(R1) – Ativo Intangível, são exemplos de atividades de pesquisa, EXCETO:

- a) projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia.
- b) atividades destinadas à obtenção de novo conhecimento.
- c) busca, avaliação e seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos.
- d) busca de alternativas para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços.

10. CONSULPLAN - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2018

Uma companhia tem como objeto social a produção e comercialização de cana-de-açúcar. Para tanto, consta em seu balanço patrimonial algumas lavouras de cana-de-açúcar registradas no grupo Ativos Biológicos. Em seu último exercício social, a companhia divulgou que aplicou, de maneira consistente, as seguintes políticas contábeis:

- I. A cana colhida foi mensurada ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita e reconhecida nos Estoques de Produtos Agrícolas (Ativo Circulante).
- II. Os estoques de adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas foram avaliados pelo custo de aquisição, haja vista que o valor de custo é menor que o valor realizável líquido.
- III. As lavouras de cana-de-açúcar foram mensuradas pelo valor justo, utilizando a abordagem de preços de mercado dessa *commodity*, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer, a partir da pré-colheita.

Considerando-se apenas as informações apresentadas, é correto afirmar que essa companhia atendeu ao que dispõe as normas NBC TG 29 (R2) – ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA e NBC TG 16 (R2) – ESTOQUES no que consta em:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e III, apenas.

11. FBC - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/2º Exame de Suficiência/2012

Com relação ao que determina a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, no tocante à informação a ser apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



(DMPL) ou nas Notas Explicativas, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Para cada componente do patrimônio líquido, a entidade deve apresentar, ou na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas, uma análise dos outros resultados abrangentes por item.

II. O patrimônio líquido deve apresentar o capital social, as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações ou quotas em tesouraria, os prejuízos acumulados, se legalmente admitidos os lucros acumulados e as demais contas exigidas pelas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

III. A entidade deve apresentar na demonstração das mutações do patrimônio líquido, ou nas notas explicativas, o montante de dividendos reconhecidos como distribuição aos proprietários durante o período e o respectivo montante por ação.

Está(ão) CORRETO(S) o(s) item(ns):

- a) I e II, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

12. FBC - Bacharel em Ciências Contábeis (CFC)/1º Exame de Suficiência/2011

A movimentação ocorrida nas contas de Reservas de Lucros em um determinado período é evidenciada na seguinte demonstração contábil:

- a) Balanço Patrimonial
- b) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa
- d) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

9 - GABARITO

- | | | |
|------|------|-------|
| 1) C | 5) A | 9) A |
| 2) D | 6) D | 10) A |
| 3) D | 7) A | 11) C |
| 4) B | 8) C | 12) B |



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.